

CRÉDITO COOPERATIVO NA CONSTITUINTE

*** Roberto Rodrigues**

Um importante líder cooperativista goiano, Paulo Roberto Cunha, então presidente da OCG, foi eleito vice-presidente da OCB em 1985, junto comigo. Com sua liderança no estado de origem, logo depois foi eleito Deputado Federal Constituinte e se dedicou com afinco a defender os interesses legítimos da agropecuária e do cooperativismo do Brasil. Participou ativamente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e da Frente Parlamentar Agropecuária.

Uma das minhas maiores ambições naquele tempo era salvaguardar as condições de avanço das cooperativas de crédito. Naquele então, o Banco Central, para impedir picaretagem de aventureiros inescrupulosos que se aproveitavam da boa fé da população e lhes roubavam recursos via falsas cooperativas de crédito, havia criado regras intransponíveis para constituir e operar com seriedade este segmento fundamental. Eram os chamados "não podes". Nada podia: não podia ter talão de cheque, não podia fazer aplicação financeira, não podia pagar taxas e impostos, não podia, enfim, funcionar. A saída era conseguir inscrever na Constituição algo que mudasse isso.

Sob a orientação do grande mestre no assunto, o gaúcho Mario Kruehl Guimarães, a equipe técnica da OCB, com José de Campos Melo, Alberto Veiga e José Roberto Ricken à frente, preparou um artigo nessa direção, e Paulo Roberto Cunha o apresentou à ANC.

As coisas caminhavam com relativa tranquilidade, com permanente e rigoroso acompanhamento do assessor parlamentar da OCB, Vergílio Perius, quando alguma coisa travou o processo.

Estava um dia na hora do almoço na OCB quando Paulo Roberto irrompeu na sala com grande ansiedade e me contou que o relator da comissão que tratava do assunto, Deputado José Lins, havia retirado nosso artigo do seu relatório final, que seria votado no dia seguinte. Seria o fim de nossa ambição de permitir que a agropecuária caminhasse com as próprias pernas.

Imediatamente resolvi procurar o Deputado Roberto Cardoso Alves, líder do Centrão, e o encontrei internado no Hospital de Base de Brasília: havia caído do cavalo e estava com uma perna quebrada. Expliquei a ele o fato; ato contínuo ligou para o relator e disse que exigia que o artigo voltasse ao relatório final, fazendo dura advertência ao Deputado José Lins.

O artigo voltou para o relatório, foi aprovado na Comissão e no Plenário da Constituinte e isso finalmente eliminou os "não podes" do BACEN. Com isso, as cooperativas de crédito ganharam isonomia em relação ao sistema financeiro, abrindo a possibilidade da criação de bancos cooperativos. Desde então o Banco Central passou a aliado do cooperativismo de crédito.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**